

Cláudia Pinto Ribeiro¹

Os heróis que a Guerra invalidou...

Reeducar o soldado no Instituto de Mutilados de Santa Isabel (1917-1921)

R E S U M O |

Quando chegaram a Lisboa os primeiros soldados mutilados, pouco ou nada havia que acudisse à sua nova condição. Foi na resposta a esta premente necessidade que surgiu o Instituto de Mutilados da Guerra, anexo à Casa Pia de Lisboa, e que procurou apoiar, reeducar e readaptar os nossos inválidos da guerra, preparando-os para o regresso à vida activa.

– E tu, ó Manuel de Jesus, também já não falas sem medo?

– Lá isso é verdade...

Efectivamente, o bravo rapaz que ficou gago naquele dia da luta nas trincheiras, quando os sacos voavam pelos ares e a terra se abriu em covas fundas e buracos enormes, já fala sem hesitações, fazendo-se perceber claramente.²

A 1ª Guerra Mundial deu a conhecer ao mundo uma nova realidade que havia de perdurar na memória daqueles que a viveram – ou dela sentiram apenas um leve toque –, até muito após o seu fim, no longínquo ano de 1918. Nunca um conflito tomara tamanha proporção; não havia recordação de uma guerra tão duradoura, mortífera, dolorosa. O mundo pós-1914 nunca mais seria o mesmo... principalmente para aqueles que gastaram longos anos da sua vida enfiados em trincheiras enlameadas, invadidas pelas águas da chuva, pelos ratos, pelos gases asfixiantes.

Não fosse a referência às trincheiras, um aspecto inovador característico da Grande Guerra, e poderíamos retirar o breve diálogo de um qualquer livro de memórias, de uma qualquer guerra. Contudo, “*o bravo rapaz que ficou gago naquele dia de luta nas trincheiras*” foi uma das muitas faces de uma dura realidade que perdurou muito depois do Inverno de 1918.

Para os que voltavam, “*heróis que se bateram em terras de França e da África*”, o futuro não era muito animador. Muitas vezes mutilados e estropiados, física e psicologicamente, o regresso dos soldados era encarado em Lisboa com certa indiferença.

Para evitar danos irreversíveis na frágil adesão da sociedade à causa da guerra, os homens da república tiveram de encontrar uma solução à altura do desafio. O primeiro a aperceber-se dessa necessidade parece-nos ter sido o Director da Casa Pia de Lisboa, Dr. Costa Ferreira, médico e

¹ Doutoranda em História da Educação, Universidade do Porto. dout06003@letras.up.pt

² José Pontes. Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 4 de Fevereiro de 1918. In CPL, 1918, p. 94

pedagogo eminente que, desde cedo, colocou à disposição de Norton de Matos, Ministro da Guerra, os meios disponíveis na Casa Pia para acudir à urgência da situação. Contudo, foi a natureza da proposta de Costa Ferreira que despertou a nossa atenção e, provavelmente, também a do ministro. O Director da Casa Pia não concebia a construção ou criação de um depósito de inválidos, com o objectivo de acomodar corpos e apaziguar espíritos. A solução apontada por Costa Ferreira era muito mais espessa e prometia ir além de meras formalidades. A proposta consistia na adaptação do Instituto Médico-Pedagógico – que a Casa Pia possuía em Santa Isabel a funcionar desde 1915 – em Instituto de Mutilados da Guerra, concebendo o seu funcionamento como o de uma escola-hospital, na qual os mutilados e estropiados da guerra encontrariam o lugar privilegiado para finalizarem a cura das suas maleitas e iniciarem, o mais breve possível, a adaptação à sua nova condição física.

Consciente que a sua obra tinha um prazo de validade, a equipa médica de Santa Isabel repartia-se entre o serviço prestado aos mutilados nesta casa e os preparativos para acelerar a conclusão do Instituto de Arroios, criado a título permanente, pelo menos enquanto as necessidades de adaptar, orientar e reeducar os feridos da guerra o justificassem. Criado no papel pela pena de Norton de Matos, o Instituto de Arroios era o amadurecimento do Instituto de Santa Isabel. A equipa médica era quase a mesma, o propósito semelhante, só os meios se diferenciavam, uma vez que Arroios concentrava nas suas instalações o material necessário e a vontade política indispensável ao seu funcionamento. O anexo da Casa Pia fora sempre considerado uma solução temporária, e talvez por isso mesmo houvesse uma certa relutância em ceder aos pedidos do Director. Contudo, o Instituto de Santa Isabel acabou por funcionar durante um longo período, muito além dos pedidos de encerramento dirigidos por Costa Ferreira. E, muito embora se pretendesse salvaguardar a actividade regular do Instituto Médico-Pedagógico para o fim que ele fora criado, o seu funcionamento normal acabou prejudicado com a chegada de novos inquilinos.

Inserido num movimento europeu, iniciado em 1915/16, e que se preocupava fundamentalmente com o destino a dar aos milhares de soldados mutilados que regressavam das trincheiras, o projecto encetado por Costa Ferreira é pioneiro em Portugal, onde quase nada existia, e vai consistir um importante contributo lá fora, onde os primeiros passos dados eram ainda incipientes e, decerto, se enriqueceram com a contribuição da delegação portuguesa nas conferências interaliadas. Também não é de estranhar que esta iniciativa tenha partido de alguém que se encontrava à frente da Direcção de uma instituição como a Casa Pia de Lisboa. Referimo-nos, evidentemente, ao reconhecido carácter inovador que a Casa Pia ostenta ao longo dos anos de sua existência. Devotada à arte de ensinar uma profissão aos mais desvalidos, não surpreende que, neste episódio, a Casa Pia possua o carácter e o conhecimento necessários à execução de um programa tão audacioso. De facto, possuía as instalações, o pessoal, a experiência e o sentido inovador inerente à sua natureza.

O presente artigo, inserido num trabalho mais vasto, pretende lançar algumas pistas de investigação sobre este projecto desenvolvido pela Casa Pia de Lisboa, e que procurou dar uma resposta eficaz às dificuldades originadas por uma nova realidade: o retorno dos soldados mutilados na Grande Guerra.

Assistência ao mutilado: as raízes de um projecto...

É na correspondência com a Cruzada das Mulheres Portuguesas, em Abril de 1916, que Aurélio da Costa Ferreira menciona pela primeira vez a sua preocupação com os mutilados e estropiados da guerra, que em breve regressariam a Portugal.

(...) esta Direcção ainda não viu tratada por nenhuma das comissões que se têm organizado, qual seja a da assistência aos indivíduos que venham a ficar mutilados ou estropiados, ministrando-lhes a educação e instrução compatível com a sua nova situação e a aprendizagem de um ofício adequado às suas condições especiais e que lhes permitisse poderem de futuro continuar a angariar os meios da sua subsistência (...).³

E, colocando ao dispor desta ideia os meios disponíveis na instituição, sublinha a conveniência de existir na Casa Pia professores devidamente habilitados e mestres de oficinas muito competentes que, decerto, de boa vontade se encarregariam desses serviços em horas suplementares”.⁴

Em meados de Outubro de 1916, quando Costa Ferreira decide comentar com o Ministro do Interior o seu plano, já não o faz do modo vago e inseguro como acontecera seis meses antes.⁵ Se na correspondência entre a Direcção da CPL e a Cruzada, Costa Ferreira apalpava terreno, investigando até que ponto seria possível uma suposta parceria, em Outubro, apresenta as razões que o levaram a pensar em tal programa, os motivos porque ainda não o pôs em prática e, evidentemente, o que é preciso para que entre em acção.

Ora, o regresso de soldados mutilados, incapazes de angariar os meios de vida, colocá-los-ia nas ruas de Lisboa, à mercê da generosidade dos transeuntes, engrandecendo o grupo dos ociosos. E isso poder-se-ia remediar através de uma educação compatível com as circunstâncias, que lhes permitisse, pelo seu esforço, ganhar o suficiente para a sua subsistência.

Para que tal se concretizasse, havia dois aspectos importantes a ter em consideração: a necessidade de se produzirem aparelhos de prótese, “*cuja indústria sofreu com a guerra um formidável avanço*”, e a conveniência em deslocar um funcionário da Casa Pia ao estrangeiro, para se habilitar junto dos mais notáveis especialistas no fabrico desses aparelhos. Em ambos os casos, Costa Ferreira conseguia imprimir à instituição um papel fulcral.

Poderia, pois, o início da colaboração da Casa Pia manifestar-se pela montagem de uma oficina daqueles aparelhos, e em que fossem aproveitados, como operários, alunos deste estabelecimento, depois de devidamente industriados. (...) e o funcionário desta Casa que, pela natureza do ramo de ensino a que se dedica, pelas suas aptidões e cultura, mais em condições está de adquirir essa habilitação no menor prazo, é, sem dúvida, o Sr. Fernando Palyart Pinto Ferreira, professor de trabalhos manuais.⁶

³ Ofício n.º 319, de 25 de Abril de 1916, dirigido à Cruzada das Mulheres Portuguesas, in CPL, 1916: 35-36

⁴ Ofício n.º 319, de 25 de Abril de 1916, dirigido à Cruzada das Mulheres Portuguesas, in CPL, 1916: 35-36

⁵ Ofício n.º 777, de 16 de Outubro de 1916, dirigido ao Ministro do Interior, in CPL, 1917: 96

⁶ Ofício n.º 777, de 16 de Outubro de 1916, dirigido ao Ministro do Interior, in CPL, 1917: p. 97

Um mês depois, a firma Orey, Antunes & C.^a decide contemplar, entre outros estabelecimentos, a Casa Pia de Lisboa com o donativo de 500\$00, deixando ao critério do Director a aplicação do mesmo. Canalizou o montante para as despesas inerentes à viagem do professor Pinto Ferreira.

Nesta fase, já se começavam a delinear os trilhos a percorrer. Seria o recém-criado Instituto Médico-Pedagógico de Santa Isabel, o estabelecimento destinado aos serviços de reeducação, sempre “*sem prejuízo dos restantes serviços*”.⁷

Apesar de se encontrar a funcionar havia pouco tempo, mas com benefícios assinaláveis, o Instituto possuía os recursos necessários à reeducação funcional e pré-profissional que os inválidos da guerra tivessem de receber. Sem provocar perturbações no seu serviço normal, o instituto estava habilitado a fazer desde logo:

(...) a educação da mão esquerda, o ensino da dactilografia, a leccionação de algumas disciplinas do curso comercial e também a reeducação dos que viessem a ficar privados do sentido do ouvido e da fala. Com mais alguns recursos que à Casa Pia fossem facultados, poderia instalar-se também um gabinete para exame de aptidões, aproveitando-se o material que este estabelecimento já possui e outro que se adquirisse; montar-se-ia uma topografia (...) e poderia também instalar-se uma pequena oficina para o fabrico de brinquedos (...) se torna indispensável o aproveitamento de aparelhos de prótese, esse facto aconselhava sem dúvida a montagem de uma pequena oficina para manufactura e reparação desses aparelhos (...).⁸

No último dia de Outubro, a Revista “Medicina Contemporânea” publicava a teorização do projecto de Costa Ferreira, um novo feito a partir das pontas soltas que ele foi deixando cair ao longo dos últimos meses.⁹

Começaria por justificar que faltava em Portugal um estabelecimento onde, por processos apropriados de reeducação funcional, prótese e orientação e ensino profissional, se preparasse o indivíduo mutilado ou estropeado, com os conhecimentos e práticas necessários, para voltar a exercer a profissão civil que tinha ou, a ser impossível, aprender nova profissão, que lhe permitisse viver em melhor condição moral e económica compatível com a sua categoria de herói da guerra.

Pretendia-se, sobretudo, resgatar o soldado do vício e do mau feitio, estado de espírito que segue quem, de um momento para o outro, se “*vê privado ou inferiorizado em certas faculdades que dantes tinha*”.

Mas a todas estas razões sobrelevam outras que dimanam da consideração das conveniências económicas do país. O exemplo do que se passava lá fora alertava o Estado a tomar medidas urgentes, para evitar as dificuldades que um grande país como a França enfrentava, a braços com o elevado número de mutilados fabricados pela guerra.

O projecto de Costa Ferreira era ambicioso. Pretendia reabilitar os indivíduos física e psicologicamente afectados pela guerra, aparelhando-os com próteses feitas em oficinas apetrechadas para esse fim, adaptar o aleijado à sua mutilação, conformando-o e mostrando-lhe as

⁷ Ofício n.º 893, de 14 de Novembro de 1916, dirigido aos Srs. Orey. In CPL, 1917: 98-100

⁸ Ofício n.º 900, de 20 de Novembro de 1916, dirigido ao Ministério do Interior, in CPL, 1917: 100-102

⁹ “Inválidos da Guerra”. Separata da “Medicina Contemporânea”, 31/10/1916, in CPL, 1917: 30

infinitas possibilidades de vingar profissionalmente, munido com os conhecimentos necessários para ganhar o sustento com o suor do seu trabalho, resgatá-lo à ociosidade e ao vício, encurtando, assim, o número de mendigos e pedintes pelas ruas do país, tornando a sua estadia em instituições de caridade e depósitos de inválidos meramente transitória, e libertar o Estado do peso económico e moral que “um batalhão” de mutilados acarreta.

Para a Casa Pia de Lisboa, todo este projecto consistia numa oportunidade que convinha não desperdiçar, principalmente se tivermos em consideração dois aspectos relevantes: o facto de ocupar os alunos da instituição, com o fabrico de próteses para os mutilados garantindo, por sua vez, a montagem de laboratórios e oficinas; e permitindo, ainda, que um dos professores da Casa se deslocasse ao estrangeiro para se inteirar do que se praticava lá fora, importando para a instituição os mais modernos conhecimentos relacionados com a produção de aparelhos de prótese e noções relevantes e actuais sobre o funcionamento das escolas de reeducação funcional e profissional em actividade. A principal preocupação norteadora do projecto de Costa Ferreira seria a constituição de bases de conhecimento que servissem de apoio aos serviços médicos e pedagógicos que pretendia criar. Se apartarmos este programa de uma série de proveitos científicos perseguidos por Costa Ferreira, estamos a desenraizar o evento da época em que está inserido e a considerá-lo, erradamente, um mero acto de filantropia. A preocupação de aproveitar, adaptar, reeducar e socializar os mutilados da guerra tem, além das questões económicas subjacentes, e que já apontámos, um objectivo bastante definido e que se prende com um dos aspectos mais característicos do movimento pedagógico português durante a 1ª República: o vigoroso impulso destinado a conceber uma pedagogia científica, ou seja, uma pedagogia experimentada, em que a Escola – e neste caso o Instituto de Reeducação – seria um verdadeiro laboratório de pedagogia, no qual eram experimentadas ideias e colhidas estatísticas.¹⁰

É a par das iniciativas e inovações que se realizam em França, Bélgica ou Itália, que Costa Ferreira vai delineando o seu projecto, acrescentando, ao que recolhe, a sua vasta experiência enquanto médico e pedagogo.

De facto, e não retirando o devido mérito ao pioneirismo de Costa Ferreira, a sua acção insere-se num movimento europeu, iniciado em 1915/16, e que se preocupava fundamentalmente com a reeducação profissional dos inválidos da guerra e, principalmente, com a sua teorização e prática científicas, no que se refere à edificação de uma série de preceitos que norteassem a actuação de médicos e pedagogos empenhados em preparar o soldado para o regresso à sua profissão, a sua casa e aos seus. Fundamentalmente, os especialistas procuravam habituar o ferido ao seu estropiamento ou mutilação, ajudando-o e ensinando-o a suprir, o mais e o melhor possível as “deficiências anatómicas e fisiológicas que os acidentados da guerra, directa ou indirectamente, acarretam”¹¹, para, posteriormente, adaptar o indivíduo à sua antiga profissão ou ensinar-lhe uma nova profissão mais de acordo com as suas capacidades físicas.

Assim, numa primeira fase, procedia-se à reeducação funcional, o “*mais importante e urgente dos serviços de assistência*”;¹² uma reeducação que deveria visar, além dos movimentos, os sentidos,

¹⁰ FERNANDES, 1979: 8-12

¹¹ “Inválidos da Guerra”. Separata da “Medicina Contemporânea”, 31/10/1916, in CPL, 1917: 33

e além da reeducação moral, que tende a conformar e consolar o inválido, “*corrigindo-lhe o carácter e aproveitando-lhe a inteligência para despertar-lhe e fortalecer-lhe a vontade, a confiança em si e naqueles que o reeducam*”.¹²

Dada a essência médico-pedagógica dos serviços de reeducação funcional, estes deviam instalar-se, sempre que possível, junto a hospitais para tentar responder à necessidade de se começar a reeducação ainda quando o indivíduo anda nas mãos do cirurgião. Por outro lado, os serviços de reeducação profissional deveriam estar junto de um estabelecimento de instrução, na dependência de uma direcção eminentemente pedagógica.

É nos serviços de reeducação profissional que Costa Ferreira consagra a sua atenção de pioneiro. Ponderando a necessidade de uma íntima colaboração entre as competências médicas, pedagógicas, técnicas e sociológicas na questão da orientação profissional, considerava que na escolha da profissão se devia atender não só à profissão anterior, ao desejo ou vocação manifestados pelo indivíduo, mas também às aptidões, à sua inteligência, à sua cultura, aos seus hábitos, à sua idade, aos recursos económicos e aos costumes da região onde pretendia inserir-se.

Traçando, deste modo, os preceitos dos serviços de orientação profissional a adoptar no Instituto de Mutilados de Santa Isabel, estamos em crer que Costa Ferreira abriu caminho ao Instituto de Orientação Profissional, fundado por Faria de Vasconcelos, em 1925, considerado o pioneiro da Orientação Profissional em Portugal.¹³

Em Janeiro de 1917, a Casa Pia de Lisboa enviou a França um dos seus funcionários para estudar a organização do ensino profissional dos estropeados da guerra, a fim de, na medida do possível, “*montar um serviço de exame de aptidões, escolha de profissão e reeducação profissional preparatória, no seu Instituto Médico-Pedagógico, a Santa Isabel*”.¹⁴ O funcionário em questão, o Professor Palyart Pinto Ferreira, fora seleccionado pela natureza dos serviços que lhe estavam confiados – “*ensino dos trabalhos manuais, educação sensorial e motriz dos anormais*” – e por ser um eminente professor do recém-criado Instituto Médico-pedagógico.

O relatório serviu, fundamentalmente, para Costa Ferreira avaliar o ponto de situação em matéria de reeducação de mutilados. Apesar de Portugal ainda estar a dar os primeiros passos, a França, país precursor do movimento de assistência ao inválido, tinha dificuldade em uniformizar os métodos e processos empregados na reeducação funcional e profissional.

Esta descentralização das técnicas e procedimentos era natural num país imenso como a França, com dificuldades em coordenar a acção desenvolvida nas variadas escolas do ramo. Palyart visitou três institutos: o *Institut National Professionnel des Invalides de la Guerre*, dirigido pelo Dr. Bourrillon, o *Laboratoire des recherches sur le travail professionnel au Conservatoire National des Arts et Métiers*, sob a direcção do Dr. Jules Amar; e a secção de reeducação funcional do Val de Grâce, cujo director técnico era o Dr. Kouindjy, e nos dois últimos arranjou motivos de censura. Os aparelhos do Dr. Amar eram demasiado difíceis de empregar – nem toda a gente conseguia interpretar os gráficos produzidos; e os métodos de reeducação funcional do Dr.

¹² “Inválidos da Guerra”. Separata da “Medicina Contemporânea”, 31/10/1916, in CPL, 1917: 33

¹³ FERNANDES, 1979: 118

¹⁴ “Inválidos da Guerra”. Separata da “Medicina Contemporânea”, 31/10/1916, in CPL, 1917: 37

Kouindjy, à base do trabalho manual, permitiam ao soldado ganhar algum sustento, mas estavam longe de proporcionar a reeducação do mutilado. O soldado inventava—*trucs* e empregava-os sempre que podia para aumentar a rentabilidade do seu trabalho, sacrificando a sua aprendizagem e a sua reeducação funcional.

Quanto à avaliação das aptidões, esta fazia-se por intermédio de muitos dos numerosos aparelhos utilizados no exame das capacidades, entre eles a ficha de aptidão para trabalhar. Segundo o preenchimento dessa ficha, o pedagogo seria capaz de avaliar se o inválido teria condições para regressar à sua antiga profissão, ou se, por outro lado, teria de abraçar uma nova. Mais uma vez, as observações de Palyart pautaram-se pela desilusão. Se as havia, as informações recolhidas nas fichas eram ignoradas e não pesavam minimamente na escolha das profissões. Além disso, Palyart reparava, com pesar, que as vocações e gostos do sujeito não eram determinantes na escolha do ofício.

A decepção permaneceu em quase todos os assuntos que abordou. Ou eram os métodos que não convenciam, ou era a educação ministrada muito inferior, ou eram os próprios mutilados que se achavam com direito a tudo, por vaidade... O rol de críticas é extenso. Já para não falar das Escolas de Reeducação Profissional, com “*um ensino inferior, não sobressaindo nem pela higiene nem pelos métodos que são nenhuns*”.

O Prof. Palyart é vigoroso nas suas críticas, arriscando mesmo dizer que “*escolas de reeducação profissional é coisa que não existe em França*”.

Há uns estabelecimentos que recebem feridos de guerra, e onde se lhes ensina este ou aquele ofício, nem sempre em harmonia com as de educação suas aptidões e com as necessidades do meio. Educação é que não há em parte alguma, consequentemente não há reeducação.¹⁵

Acrescentando ao que dissemos anteriormente, se a visita de estudo de Palyart serviu para alguma coisa foi, certamente, para Costa Ferreira ver o que não devia fazer, em matéria de assistência, no Instituto de Mutilados.¹⁶

Os primeiros passos tinham sido dados. O Instituto de Mutilados de Santa Isabel ia ver a luz do dia.

Aurélio e o optimismo

A 9 de Dezembro de 1916, Costa Ferreira tinha motivos para estar optimista. Do Ministério do Interior provinha um ofício que não poupava elogios à prestação do Director da Casa Pia. O seu “*rasgado espírito de iniciativa numa das mais interessantes e generosas obras de assistência*” tinha-lhe granjeado a admiração do Ministro.¹⁷

¹⁵ FERREIRA, Fernando Palyart Pinto, “A reeducação profissional em França em 1917”. In CPL, 1917: 90

¹⁶ Aliás, é muito possível que o relatório de Palyart tenha concorrido para o abandono do projecto de instalação de uma oficina de brinquedos no Instituto. O professor da Casa Pia foi peremptório: a fabricação de brinquedos, além de não constituir uma profissão de valor efectivo e real ao mutilado, pois pelas suas características de produção não permitiria a independência do operário, era uma indústria condenada a desaparecer, pois o preço de venda de cada objecto – pelo menos em França – tornava-o um artigo muito dispendioso.

¹⁷ Ofício n.º 579, de 9 de Dezembro de 1916, do Ministério do Interior in CPL, 1917: 103

O Ministério do Interior dava o seu aval, só faltava agora o Ministro da Guerra manifestar-se. Um primeiro sinal viria acompanhado de um subsídio de 500\$00, com destino à aquisição de material para o Instituto de Reeducação de Mutilados da Guerra, cinco meses depois.¹⁸

Por conseguinte, o ano de 1917 seria consagrado à organização e instalação do Serviço de Mutilados no jovem Instituto Médico-Pedagógico da CPL.

Em meados do ano, o subdirector Alfredo Soares, em nome da Direcção casapiana, dirigia-se ao Ministro da Guerra a pedir um médico capaz de assumir a direcção dos serviços de reeducação dos soldados portadores de surdez. O desejado era o Dr. Carlos Ary dos Santos.¹⁹ Uns meses mais tarde, o grupo seria reforçado com o contributo do Dr. Vítor Fontes, incumbido dos serviços de intervenção médica.²⁰

Entre 8 e 12 de Maio, Costa Ferreira empenhava-se na importante missão de representar o Governo Português na 2ª Secção da *Conferência Inter-aliados para o estudo da reeducação profissional e das questões que interessam aos inválidos da guerra*, realizada em Paris.

A comitiva era constituída por nomes relacionados com os vindouros Institutos. O Dr. Tovar de Lemos, futuro director de Arroios, Drs. José Pontes e Formigal Luzes, posteriormente encarregados da direcção dos serviços de fisioterapia em Santa Isabel e Arroios, e Costa Ferreira, que dispensa apresentações.

Ao último coube a tarefa de tratar dos serviços de inspecção dos feridos, exame de aptidões e orientação profissional, reiterando as perspectivas que já tinha defendido na “Medicina Contemporânea”. Aliás, deve-se salientar o carácter inovador do estudo publicado por Costa Ferreira, em Outubro de 1916, nesta revista, quando comparado com os princípios defendidos na 1ª *Conferência inter-aliados* em Paris. Os aspectos relacionados com a reeducação, fisioterapia e prótese, e selecção e orientação profissional discutidos nas conferências já tinham sido indicados por Costa Ferreira no seu artigo.

Esta primeira conferência teve um saldo muito positivo para a participação portuguesa, principalmente porque se deu a conhecer. O interesse em granjear o reconhecimento estrangeiro estava subjacente à opção de Norton de Matos enviar uma delegação a esta conferência.²¹ Ainda que os elementos que a constituíam participassem de forma activa e conscienciosa dos seus deveres, procurando engrandecer os seus conhecimentos com base nos resultados de experiências realizadas nos outros países, a mensagem que levavam implícita no seu pensamento era a importante representação política que tinham a seu cargo.

Visitaram escolas, discutiram pontos de vista, trocaram experiências. A participação na Conferência só veio mostrar a Costa Ferreira que a sua intuição estava correcta e que, tendo em consideração os recursos e as vontades do país, “*o melhor é utilizar os serviços que tenhamos e se possam utilizar, despertar iniciativas e procurar orientá-las e coordená-las*”.²²

¹⁸ Ofício n.º 359, de 2 de Maio de 1917, in CPL, 1917: 106-107

¹⁹ Ofício n.º 538, de 26 de Julho de 1917. in CPL, 1918: 128-129

²⁰ Ofício n.º 745, de 19 de Novembro de 1917, in CPL, 1918:133-134

²¹ “Reeducação profissional dos feridos de guerra” Entrevista a A. A. da Costa Ferreira publicada no Jornal O SÉCULO, em 9 de Junho de 1917. In CPL, 1917: 52-58

²² Reeducação profissional dos feridos de guerra – O que foi a conferência inter-aliados. I in CPL, 1917: 57

A 2 de Outubro, Norton de Matos dava o seu parecer. Era a resposta que Costa Ferreira já contava. O Ministério da Guerra aceitava o oferecimento da Casa Pia, enquanto o Instituto de Reeducação de Mutilados de Arroios não estivesse concluído.²³

A atenção que Norton de Matos dedicou a Santa Isabel é digna de registo. Quando lá foi em Outubro, procurou inteirar-se das necessidades físicas do edifício. Apesar do Ministério do Fomento já estar informado de algumas pequenas reparações que tinha de patrocinar, coube ao Ministério da Guerra o encargo da instalação da iluminação eléctrica, pois o fornecimento de gás havia sido cortado. Norton de Matos colaborou.

O Decreto n.º 3:751, que veria a luz do dia a 12 de Janeiro de 1918, acabaria por ser promulgado já no governo de Sidónio Pais. Norton de Matos, cúmplice de Costa Ferreira em todo este empreendimento, veria o seu nome arredado da lista de Ministros que participaram no evento. Este decreto, com força de lei, seguiu a orientação da proposta apresentada pela Direcção da Casa Pia, dois meses antes. Tal como tinha sido consignado na Conferência de Paris, a cooperação entre o “*cirurgião fisioterapeuta e o médico educador, encarregado dos serviços de orientação profissional*”, ficava definida no artigo 3º do referido decreto. Este enlace entre o cirurgião e o médico pedagogo era fundamental para a realização da missão incumbida a este instituto, uma vez que,

(...) não só se procederá a todas as observações que se julguem necessárias para a sua reeducação funcional e colocação, mas também se cuidará de, por processos pedagógicos apropriados, se fazer a preparação moral, intelectual e pré-profissional (trabalhos manuais, exercícios de educação sensorial, etc.) que convém fazer antes do ferido seguir o seu destino.²⁴

Ficava, então, determinado que o Instituto de Santa Isabel assumia a função de recolher os soldados mutilados nos primeiros tempos, por um período nunca inferior a 15 dias. O processo seria concluído no centro de reeducação profissional do Instituto de Arroios, aparelhado para este fim.

Como Costa Ferreira reconhecia, a missão do Instituto tornara-se mais fácil desde que, prontamente, a sociedade portuguesa se mobilizara para esta *nobre* causa.

A simpatia dos portugueses em relação à causa dos mutilados era visível. Inúmeras iniciativas contribuíram para o sucesso do Instituto, propiciador de uma certa tranquilidade económica, facilitando a aquisição e instalação de mobiliário de diversas salas (como a sala de massagens, por exemplo), ou a constituição de um fundo específico – o *Capital do Mutilado* – com vista a ser distribuído pelos soldados quando saíssem do Instituto.²⁵

²³ O Instituto de Mutilados de Arroios foi criado pela portaria n.º 1119, de 11 de Outubro de 1917. O Dr. Tovar de Lemos, colega e amigo de Costa Ferreira, foi encarregado pela Cruzada das Mulheres Portuguesas de organizar a Escola de Reeducação Profissional no extinto convento de Arroios. O Director da Casa Pia acumularia este cargo com o de director dos serviços pedagógicos e de investigação profissional do Instituto de Arroios. Nos serviços da Casa Pia completava-se a acção da Escola de Arroios, encarregando-se particularmente de alguns ramos de reeducação preparatória e profissional, e muito especialmente da reeducação dos surdos, aproveitando para isso a secção especial de ensino de surdos da instituição casapiana.

²⁴ Decreto n.º 3751 de 12 de Janeiro de 1918, in CPL, 1918: 71-73

²⁵ No Instituto de Santa Isabel existiam dois fundos perfeitamente independentes e com escrituração em separado: um constituído pelas quantias dadas pelo Estado ou oferecidas por particulares e que se destinam exclusivamente aos

O grande apóstolo desta propaganda assistencial foi o Dr. José Pontes que colaborava com *A Capital*, romanceando o quotidiano dos residentes desta casa. O entusiasmo, dedicação e talento do Dr. Pontes tudo faziam “*para conseguir mais recursos e para reunir donativos que, em vez de serem dados ao acaso, e com ar de esmola (...)*”²⁶

Em meados do ano, nas páginas d’*A Capital* prestavam-se contas. Os donativos ascendiam à quantia de dezassete contos e, minuciosamente, a Direcção do Instituto de Santa Isabel discriminava as somas e as respectivas aplicações.²⁷ Aurélio tinha motivos para sorrir.

E os mutilados, principalmente. Pela primeira vez, eram alvo de uma campanha de solidariedade empenhada em recolher fundos que garantissem a sua subsistência após a saída do instituto de reeducação. Além disto, o ano de 1918 é fértil em diplomas visando a protecção dos mutilados. Em Abril, o Decreto 4:154 assegurava aos mutilados e famílias todos os vencimentos de campanha, durante o tempo de tratamento ou reeducação em hospitais ou institutos. Até à data deste decreto, o mutilado não recebia do Estado mais do que alojamento e tratamento.²⁸ Uns meses mais tarde, o Ministério da Guerra nomeava uma comissão, da qual fazia parte Costa Ferreira, incumbida de estudar um projecto de lei criando pensões complementares para mutilados e estropiados.²⁹ Numa tentativa de aproximação ao que se fazia nos outros países beligerantes, procurou-se corrigir a lei em vigor, que concedia pensão de reforma em atenção unicamente à graduação militar, independentemente do grau de incapacidade. Assim, além da pensão a que tinham direito, sempre que o grau de invalidez de um soldado fosse superior a 30%, seria concedida uma pensão complementar, em relação com a percentagem de depreciação existente, procurando, desta forma, corrigir injustiças entre os soldados invalidados.³⁰

Entre a apreciação do projecto e a promulgação do Decreto-lei medeia um curto período. A 5 de Outubro de 1918, “*o governo publicou o decreto sobre as suas pensões e reformas e outro decreto sobre a criação de uma insígnia que os nobilita*”.³¹ Também aqui se encontra a marca de Costa Ferreira. Numa tentativa de evitar que os mutilados por acidentes da vida civil beneficiassem desta onda de solidariedade que abraçava os inválidos da guerra, sugeria à Secretaria da Guerra a adopção de um emblema “*que servisse ao mesmo tempo de sinal de reconhecimento e protecção*”.³²

E em finais de Junho, quando Aurélio julga terminada a sua missão, vê-se obrigado a manter o instituto em funcionamento até “*que sejam concluídos todos os processos de pensões complementares que no Instituto de Santa Isabel se estão organizando e que em dois ou três meses podem estar concluídos*”.³³

serviços de reeducação dos mutilados; o outro representado pelas quantias oferecidas para serem distribuídas por aqueles. Ofício n.º 627, de 30 de Novembro de 1918, dirigido à firma Romariz e Pistacchini. In CPL, 1920: 68-69

²⁶ “Donativos”. In CPL, 1922: 94-95

²⁷ CPL, 1918: 87-88

²⁸ “A legislação”. In CPL, 1922: 90-91

²⁹ Ofício n.º 407, de 13 de Agosto de 1918, dirigido à Secretaria de Estado da Guerra, in CPL, 1920: 51-52

³⁰ Esta pensão complementar seria, por sua vez, uma percentagem da pensão de reforma.

³¹ CPL, 1920: 93-94

³² Decreto 4268, de 5 de Outubro de 1918. In CPL, 1920: 53-54

³³ Ofício n.º 375, de 25 de Junho de 1919, dirigido à Secretaria da Guerra. In CPL, 1920: 61-62

Nestes últimos tempos começa-se a notar um certo desgaste no espírito de Costa Ferreira. O optimismo inicialmente demonstrado começa a dar lugar a um certo desânimo. No percurso do Instituto de Santa Isabel, que é também o nosso, contam-se as histórias de quem lá permaneceu, daqueles bravos soldados que depois de voltarem diferentes, ainda puderam ser (re) *aproveitados*. Se regularmos a nossa lente, quase que conseguimos observar que o grande mérito do Instituto de Mutilados de Santa Isabel, e outros similares, não reside apenas na assistência e apoio que prestaram aos estropiados da guerra, mas, e sobretudo, na forma como os conseguiram colocar ao serviço do ideário da República. Os “*heróis que se bateram em terras da França e da África*” possuíam ainda uma última missão: a de permitir ao mesmo Estado que os enviou para a guerra a possibilidade de se reclamar seu protector. Contudo, este interesse revelou-se uma faca de dois gumes fatais. Foi graças ao movimento de assistência aos mutilados e à preocupação gerada em seu redor que os inválidos da guerra se consciencializaram do seu valor na defesa da Pátria, e decidiram associar-se para melhor defenderem os seus direitos. Este é o primeiro episódio de uma jornada decidida a ditar a falência dos serviços de assistência aos mutilados da guerra.

As histórias de quem as viveu...

Quando, a 16 de Novembro, o anexo de Santa Isabel, “*esplendidamente adaptado a hospital de mutilados da guerra*”, recebeu os primeiros cinco soldados recém-chegados dos campos de batalha de França, Costa Ferreira pôde, finalmente, respirar de alívio. Estas almas perdidas que tinham sido resgatadas das ruas de Lisboa, “*quase mendigando, à mercê da falsa caridade e da especulação que contra a guerra se fazia*”, encontraram dentro dos muros do estabelecimento um regime de tranquilidade e de conforto, “*sem grandes esforços nem fadigas*”, mas de molde a conservar o mutilado sempre ocupado e o espírito distraído.³⁴

A inauguração do instituto seria recordada com aparato e entusiasmo. A comitiva chefiada por Costa Ferreira encarregava-se de mostrar ao Ministro da Guerra como o dinheiro do Estado havia sido *bem empregue*. Este, agradavelmente impressionado, regozijava-se com esta grande obra de assistência aos feridos de guerra.

O Instituto de Mutilados de Santa Isabel, mais do que um louvável dispositivo de auxílio aos mutilados, comportava-se como um autêntico *circo das aberrações*. Adelino Mendes, redactor do Jornal *A Capital*, ficou tão comovido com o que presenciou que não teve pudor em apelidar o estabelecimento de “*Palácio do aleijão*”, como se aqueles indivíduos, “*principesicamente*” mutilados, tivessem sido abençoados com a sua invalidez.³⁵

A exposição mediática a que os mutilados estavam sujeitos era a contrapartida necessária para que a sociedade continuasse a preocupar-se com eles. Costa Ferreira promovia a faceta publicitária do instituto, no sentido de propagandear “*a grande obra de assistência aos mutilados da guerra*” e granjear a simpatia dos portugueses para o financiamento daquela nobre causa.

³⁴ Local publicada no Jornal O SÉCULO, de 18 de Novembro de 1917. In CPL, 1918: 73-75

³⁵ Entrevista a Adelino Mendes, redactor de A CAPITAL, publicada a 20 de Novembro de 1917. In CPL, 1918: 75-80

As visitas de ilustres ao Instituto de Santa Isabel repetiam-se amiudadas vezes. Norton de Matos e a esposa, na qualidade de presidente da Comissão de Assistência às Vítimas da Guerra, eram visitantes habituais. Bernardino Machado, Sidónio Pais e Pimenta de Castro também quiseram conhecer “*uma das mais interessantes e generosas obras de assistência*” da República. E os jornalistas d’*O Século*, d’*A Capital* ou d’*A Manhã* entravam e saíam do estabelecimento como se aquela também fosse a sua casa.

Aqueles soldados que partiram para as trincheiras e regressaram heróis, jamais poderiam imaginar ser notícia de jornal ou anfitriões de visitas de chefes de Estado. Por isso, inicialmente, era com humildade e espanto que viam o interesse da comunidade no seu reaproveitamento.

Os percursos que conhecemos são-nos esclarecidos, em grande medida, pela pena do Dr. Pontes. Tendo aceite de bom grado a tarefa de divulgar a “*obra dos mutilados*”, o correspondente do Instituto nas colunas d’*A Capital* perseguiu um duplo objectivo: por um lado, propagandear os benéficos resultados que os serviços de reeducação desempenhavam no aproveitamento de homens que, à partida, seriam considerados inválidos; por outro, apelar ao sentimentalismo da comunidade, sem nunca aceitar a palavra esmola, no sentido de responsabilizar a Pátria pela mutilação do soldado que deixava, assim, de ser desconhecido.

Deste modo, as narrativas do Dr. Pontes eram salpicadas com as histórias dos ilustres residentes, desempenhos vitoriosos que importava salientar para alimentar o interesse e atenção da opinião pública.

Do conteúdo das peças jornalísticas que tivemos oportunidade de consultar, o aspecto mais marcante consiste na forma romanceada com que se narra o quotidiano dos hóspedes de Santa Isabel. Era o melhor dos mundos possíveis. Os mutilados eram “*rapazes vivos, inteligentes, resignados. (...) Se entra um revoltado, torna-se um razoável. Se é um irritado, torna-se de uma placidez absoluta. Se é um deprimido, transforma-se num homem de energia e confiança*”.³⁶ As enfermeiras eram devotadas senhoras, carinhosas, muitas delas voluntárias neste instituto, que se negavam a receber a devida remuneração ou, quando a recebiam, entregavam-na na forma de donativo aos mutilados da guerra. “*Pequenina nuvem de blusas brancas*”, deixavam desvendar rostos cheios de caridade e dedos ágeis, correndo ao de leve sobre os músculos doridos, esfacelados pela metralha das granadas.³⁷ O pessoal ao serviço neste hospital era, na sua maioria, rapazes da instituição, “*inteligentes, habilíssimos e de uma cativante ternura para com os pobres mutilados*”.³⁸

³⁹ E, nas palavras do Dr. Pontes, a equipa médica reunia o consenso entre os residentes, que lhe votavam uma sincera amizade e gratidão.

As melhorias nos pacientes eram bem visíveis. As habilidades espantavam educadores e companheiros. Os mutilados das mãos, o grosso dos que estavam internados, demonstravam grande habilidade em realizar verdadeiras proezas, como fazer a barba, construir baús, ou coser

³⁶ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 30 de Janeiro de 1918. In CPL, 1918: 91-93

³⁷ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 30 de Janeiro de 1918. In CPL, 1918: 76

³⁸ Artigo publicado no Jornal O SÉCULO de 28 de Novembro de 1917. In CPL, 1918: 75

³⁹ Todo o percurso de criação e funcionamento do Instituto de Mutilados foi consagrado ao envolvimento da Casa Pia na questão da guerra, para afervorar nos alunos a *ideia de bem servir, de bem honrar o País*. Este propósito é visível nas diversas ordens de serviço dirigidas ao Inspector dos Estudos, no sentido de dar conhecimento aos alunos sobre a conjuntura que se vivia, apelando sempre à nobreza da pátria e da instituição que os acolhia.

os botões na farda já gasta pelo tempo... O soldado Santos, vítima dos estilhaços de um morteiro dos *boches*, conseguia regressar à sua vida normal. O soldado Ferreira da Silva viu que as suas pernas tomavam o comprimento dos tempos antigos e readquiriam força, muito embora o ferimento da bala o tivesse posto em *maus lençóis*. O soldado Bexiga dizia que o seu braço estava como era, antes de ferido. E o soldado Lourenço garantia não ter medo de voltar a pegar no arado e na enxada, como fazia dantes! Os cuidados fisioterápicos do Dr. Pontes e das enfermeiras davam os seus resultados. Também o Manuel de Jesus, que chegara gago das trincheiras, conseguia falar sem hesitações graças à intervenção do professor Cruz Filipe. E os mutilados das mãos, em maior número, podiam contar com os rudimentares aparelhos de prótese, elementares à luz dos nossos dias, mas a par com aquilo que de melhor se fazia na Europa. Para tal vanguardismo contribuiu a visita de estudo do professor de trabalhos manuais, Palyart Pinto Ferreira, que se interessou profundamente pelas produções do Professor Jules Amar, a cedência de inúmeros trabalhos científicos de eminentes investigadores estrangeiros, por intermédio de Costa Ferreira, e a sapiência do Dr. Pinto de Miranda, director dos serviços de ortopedia e prótese.

O quotidiano no instituto era marcado por uma atmosfera familiar, aconchegante. A ordem era mantida apenas pela sugestão de que era necessária, sem se ter de recorrer a *ordens do dia* ou *instruções especiais*.⁴⁰

O mutilado é utilizado, debaixo de fiscalização médica, nos serviços ordinários da casa, e a vida é de civil, gozando de uma larga liberdade, limitando-se-lhe, porém, as saídas, às quintas e domingos.⁴¹

O cumprimento da lida doméstica fazia parte do processo de reeducação dos mutilados.⁴² Por isso, não é de estranhar que alguns auxiliassem os serviços de limpeza, outros cuidassem das salas de curativos, outros, ainda, experimentassem o trabalho agrícola.

Havia, também, os que conseguiam ultrapassar rapidamente a fase da reeducação funcional, regressando à antiga profissão, habituados que estavam à sua nova condição física. O apelo da terra falava mais alto e, logo que obtivessem autorização da equipa de médicos e pedagogos de Santa Isabel, regressavam para junto dos seus, impelidos a pegar na enxada e no arado. Homens de pouca instrução, sem grandes alternativas, mormente oriundos do meio rural, contavam regressar à actividade nos campos e esperar a recepção da pensão que o Estado lhes garantia.

Para os que ficavam, a permanência no instituto era pautada por um sentimento de bem-estar e conforto. O rol de festas e homenagens era extenso, tendo-se mesmo procedido ao restauro do *“teatrinho do Instituto Médico-Pedagógico”* para tornar possíveis as festas recreativas que se organizavam como tributo aos mutilados.⁴³ Estas iniciativas, desencadeadas pela mediação do instituto, favoreciam o interesse de individualidades do mundo do espectáculo que se disponibilizavam a contribuir para o bem-estar dos soldados. O actor Chaby, que se comovera

⁴⁰ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 7 de Janeiro de 1918. In CPL, 1918: 89-91

⁴¹ Costa Ferreira, “Problemas de reeducação profissional” – Trabalho publicado na revista “A Medicina Contemporânea”. In CPL, 1918: 39-51

⁴² Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 20 de Dezembro de 1917. In CPL, 1918: 83-86

⁴³ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 26 de Dezembro de 1917. In CPL, 1918: 86-88

com os artigos do Dr. Pontes e com a elaborada notícia do redactor Adelino Mendes, a que já fizemos referência, prontificou-se a ir representar com alguns dos seus artistas ao instituto. “*Era uma iniciativa idêntica à que se tomou nos hospitais e escolas de reeducação francesas, inglesas e belgas*”.⁴⁴ Também Costa Ferreira, sempre com propósitos didácticos, “*preparou a novidade de um espectáculo inesperado, próprio para lhes despertar a sua mentalidade e para os estimular na sua reeducação*”.⁴⁵ A visita do “pintor sem mãos”, um artista que de terra em terra, e de teatro em teatro, mostrava as suas “habilidades”, provava como era possível a uma pessoa mutilada praticar actos que, à partida, só poderiam ser realizados por “*homens válidos*”.

Animação não faltava naquela casa. Eram as matinés em honra dos soldados, com a representação das comédias da moda, eram os jogos de futebol entre o Benfica e o Sporting, na disputa pela Taça dos Mutilados da Guerra⁴⁶, eram as grandes festividades pela altura do Natal e da Páscoa... Tudo servia para demonstrar aos rapazes a gratidão dos lisboetas.⁴⁷ E o Dr. Pontes sabia-o bem.

O título do artigo que se segue é bastante elucidativo: “*Um apelo a portugueses – Tabaco para os inválidos da guerra – Quem o dá e quem se interessa pelos soldados que a guerra estropiou?*”⁴⁸ Após breve explicação das potencialidades psicológicas que o *cigarrinho* detinha, porque “*para um doente (...) o cigarro representa uma distração, uma necessidade orgânica, um lenitivo de dores*”, o Dr. Pontes lamentava-se que nunca faltara tabaco na instituição para distribuir pelos seus doentes.

Agora... passam-se dias e dias que os nossos heróicos soldados – aqueles que se invalidaram na defesa da Pátria – não têm um cigarro para fumar! Os filantropos foram desaparecendo e são raras, raríssimas, as ofertas de tabaco!^{49 50}

Bastou este apelo para que a solidariedade dos portugueses se convertesse em maços de tabaco, enviados de todos os pontos do País.^{51 52} Costa Ferreira tinha bons motivos para agradecer

⁴⁴ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 26 de Dezembro de 1917. In CPL, 1918: 88

⁴⁵ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 26 de Dezembro de 1917. In CPL, 1918: 87

⁴⁶ O duelo entre o Sport Lisboa e Benfica e o Sporting Club de Portugal pôde contar com o pontapé de saída do general Gomes da Costa e a presença muito aclamada do Presidente da República, Sidónio Pais. Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 15 de Julho de 1918. In CPL, 1920: 85-87

⁴⁷ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 15 de Julho de 1918. In CPL, 1920: 85-87

⁴⁸ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 26 de Fevereiro de 1918. In CPL, 1918: 95-97

⁴⁹ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 26 de Fevereiro de 1918. In CPL, 1918: 97

⁵⁰ Dez meses mais tarde, o Dr. Pontes volta a noticiar a carência de tabaco. Desta vez, a Direcção do Instituto tinha dinheiro, simplesmente escasseava esse bem tão essencial aos mutilados. José Pontes. Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 10 de Outubro de 1918. In CPL, 1920: 93-94

⁵¹ Houve donativos importantes por parte de firmas bastante conhecidas, como Henry Burnay & C.^a e Romariz & Pistacchini, mas também por parte de anónimos que quiseram ajudar sem publicitar o seu contributo. Além do tabaco, acrescentem-se os inúmeros donativos em dinheiro, estampilhas, papel, envelopes e postais, e outros géneros, em quantidade menos significativa (peças de roupa, gramofone, discos, flores, amêndoas, livros, ilustrações, jogos legumes, bilhetes de teatro, touradas, bolos, cerejas, vinho do Porto, etc.). “Listas dos donativos feitos ao Instituto de Mutilados de Santa Isabel até 30 de Junho de 1918”. In CPL, 1918: 123

⁵² Saliente-se o importante donativo enviado pela Comissão Patriótica de Senhoras do Pará, Brasil: doze contos. Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 28 de Novembro de 1918. In CPL, 1918: 100-103

a Manuel Guimarães, director do jornal, a “*altruísta iniciativa*” sustentada por este diário.⁵³ De facto, o *Século* e *A Capital* consistiram na plataforma que Costa Ferreira encontrou para distribuir os numerosos apelos em favor da causa dos mutilados. A sua poderosa vulgarização contribuiu, em grande medida, para o sucesso deste projecto. Quando foi necessário encontrar colocação para os “*homens reeducados no instituto*”, foi à redacção do *Século* que Costa Ferreira se dirigiu.

O *Século*, com a sua rede de leitores, com os seus muitos amigos, com a sua engrenagem de agentes e correspondentes, tudo pode resolver num momento. É mais útil que o melhor “Office National Hacement” que se podia instituir. Assim, quando um homem reeducado nos nossos Institutos queira colocar-se em Faro, em Viana, enfim por qualquer canto de Portugal, o *Século* tem extrema facilidade de execução (...).⁵⁴

A imprensa também serviu de arena de discussões. Data das vésperas do 5 de Outubro de 1918 o início da discórdia, por causa da intenção de Sidónio Pais de dar um banquete em honra dos mutilados, durante o qual colocaria ao peito dos internados de Santa Isabel e de Arroios uma Cruz de Guerra, para associar este acto à propaganda da sua *boa imagem* política. Face à renitência de Costa Ferreira, Sidónio não teve outro remédio senão adiar a parada: não se deram as Cruzes de Guerra e não se efectuou o banquete. Guardou-se esse dia para publicar duas “*generosas leis para os mutilados*”.⁵⁵

Porém, no cérebro de Sidónio não dormiu a ideia do banquete. E, então, a 5 de Dezembro, sem que os médicos reeducadores de Santa Isabel fossem ouvidos em tal, apareceu uma ordem para enviar todos os internados dos dois Institutos de Reeducação ao Coliseu de Lisboa, onde se lhes ofereceu um jantar ao qual assistiram grupos de marinheiros espanhóis, americanos e franceses das tripulações de navios ancorados no Tejo.⁵⁶

A equipa médica de Santa Isabel não compareceu ao jantar por não ter sido convidada. Contudo, o Dr. Pontes não careceu de estar presente para considerar que o banquete primou pela falta de “*entusiasmo vibrante, como deviam ter todas as festas em que se presta homenagem aos que se bateram na França e em África, honrando as tradições de lealdade da terra portuguesa*”.⁵⁷

Do relato fica-nos o reconhecimento de um denominador comum em toda a campanha a favor dos mutilados. Parece-nos inegável a manipulação desta causa no favorecimento do poder político, qualquer que fosse o seu segmento. Dos governos que serpentearam a Primeira República evidencia-se a mesma necessidade de se apropriarem da triste realidade dos inválidos da guerra para colmatarem a visível desilusão em que se converteu a participação de Portugal no conflito.

Pouco tempo depois, os clientes de Santa Isabel receberiam a notícia de que as portas do instituto de mutilados estariam prestes a encerrar. Voltar-se-ia à normalidade dentro da instituição casapiana, pois “*sendo a obra dos mutilados uma obra de guerra, com a guerra devia acabar*”.⁵⁸

⁵³ CPL, 1918: 88-89

⁵⁴ Artigo publicado no Jornal O SÉCULO, de 15 de Setembro de 1918. In CPL, 1920: 114-116

⁵⁵ Referimo-nos aos decretos sobre as pensões e reformas e sobre a criação de uma insígnia que os nobilitasse.

⁵⁶ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 19 de Março de 1919. In CPL, 1920: 108

⁵⁷ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 19 de Março de 1919. In CPL, 1920: 108

⁵⁸ Notícia publicada no Jornal A CAPITAL, 9 de Agosto de 1919. In CPL, 1922: 101-111

Por fim, a desilusão...

Em meados de 1919, Costa Ferreira julgava a missão da Casa Pia terminada e demandava da Secretaria da Guerra que se tomassem as providências legais indispensáveis ao encerramento do serviço de mutilados instalado em Santa Isabel.⁵⁹ Os subsídios tardavam em chegar, a instabilidade política dificultava a continuidade do projecto, o número de mutilados que regressavam era cada vez menor e, por isso, bastava apenas uma escola de reeducação: a de Arroios. A mobilização da sociedade portuguesa nesta causa de assistência permitiu um maior desafogo financeiro, uma vez que os donativos ultrapassaram em muito as expectativas dos elementos do projecto. Contudo, era “*quase impossível lutar contra a ansiedade pela distribuição e repartição dos donativos pelos mutilados*”⁶⁰, prejudicando o financiamento de melhorias nas instalações ou o pagamento aos funcionários e fornecedores.

Por conseguinte, Costa Ferreira iniciou a publicação de uma série de artigos no jornal *A Capital*, prestando contas do que se fez, ou se pensou fazer, aos mutilados da guerra.⁶¹ Numa altura em que se “*julgavam severamente os serviços da assistência*”, e se formulavam queixas, era natural que o dinamizador de toda esta empresa se doesse, e viesse para a praça pública defender o projecto que tinha acalentado durante os três últimos anos.

Ainda recordava o artigo publicado na “Medicina Contemporânea”, de 1917. Tinha tido a oportunidade de delinear o plano que, com optimismo, julgara possível adoptar-se. Contudo, “*os homens são mais instrumentos das circunstâncias que os factores delas*”⁶² e, no fim de contas, só restava um amargo sabor a fracasso.

Os serviços cirúrgicos foram, nas palavras de Costa Ferreira, o ramo da assistência para o qual estavam mais preparados, e aquele que ficou mais aquém das possibilidades.

Foi, no entanto, no sector dos serviços pedagógicos que Costa Ferreira imprimiu mais vigor e empenho na sua actividade. Inicialmente, o plano traçado previa a existência de serviços de reeducação profissional nos diferentes pontos do país a que pertencessem os mutilados. Sucedeu, porém, que a iniciativa partia de Lisboa, e foi em Lisboa que se instalaram esses serviços.

E foi em obediência a este plano que o professor Palyart visitou e estudou diversos serviços de reeducação profissional, em França, custeado pelo primeiro donativo empregue nesta causa: o da família Orey.

Costa Ferreira, contudo, não hesita em admitir o fracasso, tanto em Santa Isabel, como em Arroios. Salvaguardando, desde logo, o “*poder de acção inovadora e coordenadora do plano traçado*”, Costa Ferreira atribui as causas do insucesso, sobretudo, aos indivíduos a quem este programa se destinava. A maioria dos feridos da guerra não tinha hábitos escolares e não desejava aprender. Foram as profissões de *sapateiro* e *cesteiro* que se demonstraram mais úteis para a reintegração no meio rural, de onde a maior parte dos soldados era proveniente.

⁵⁹ Ofício n.º 375, de 25 de Junho de 1919, dirigido à Direcção Geral da Secretaria da Guerra. In CPL, 1920: 61-62

⁶⁰ “Serviços cirúrgicos”. In CPL, 1922: 81

⁶¹ Artigos publicados pelo Director da Casa Pia, no Jornal A CAPITAL, sobre os serviços de mutilados de guerra portugueses. In CPL, 1922: 79-105

⁶² “Uma carta do Dr. Aurélio da Costa Ferreira”. In CPL, 1922: 79

A mágoa de Costa Ferreira acabou por dar lugar à resignação. O número de mutilados era relativamente pequeno quando comparado com o de outros países, por isso, a solução passaria pelo aumento da pensão do Estado e pelo acesso facilitado ao funcionalismo público. Não havia tempo,

(...) razão ou prestígio para, querendo se reformar os costumes, começar-se a reformá-los ao invés, principiando por dificultar ou impedir o usufruto dos lugares do Estado e da liberdade de exercício do menor esforço aos que, ao contrário da maioria dos que o usufruem, tão tragicamente se sacrificaram e perderam parte da saúde e da integridade do seu corpo e, por ora, justamente a perfeita calma do seu espírito.⁶³

Atento às vicissitudes do seu tempo, Costa Ferreira não ficou alheio ou surpreso com o movimento que se vinha a instituir, sob o olhar atento do Comité Inter-aliado.⁶⁴ Por quase todos os países, a assistência aos mutilados da guerra ia perdendo o seu carácter estatal, para dar lugar a associações determinadas a defender os interesses dos inválidos da guerra, repudiando qualquer tipo de tutela. A recuperação da saúde e o regresso à vida civil e aos seus hábitos, o licenciamento de muitos profissionais que se dedicaram à assistência, uma aparente diminuição do interesse pelas vítimas da guerra, a realidade e o exemplo que davam as classes dos trabalhadores, tudo estimulava o mutilado a procurar o associativismo e a chamar a si a questão da defesa dos seus direitos. Por estes motivos, e à semelhança do que observara na Bélgica, em França ou em Itália, países com associações extraordinariamente poderosas, Costa Ferreira conseguiu do Ministro da Guerra a autorização necessária para a organização da associação dos mutilados de guerra portugueses.

Apesar de ter posto em funcionamento a maior obra de assistência que a República observara, Costa Ferreira apercebeu-se que não estava imune às críticas e de nada lhe serviram as contas cuidadosamente registadas⁶⁵, os donativos angariados, as medidas legislativas propostas e adoptadas, os cuidados de médicos e pedagogos que investiram num programa cuidadosamente delineado para devolver à vida activa aqueles que regressavam sem confiança no futuro. Costa Ferreira tinha sucumbido à tentação de reformador, e só demasiado tarde se apercebeu que não tinha tempo, vontade ou oportunidade de reformar os costumes.

Contudo, este olhar pessimista não faz jus aos benefícios que promoveu. No que concerne aos serviços de fisioterapia, num país onde oficialmente quase nada havia, criou-se “*um instituto modelar de fisioterapia, o único instituto oficial desta especialidade (...): o Instituto de Arroios. (...)*”

⁶³ “Serviços pedagógicos”. In CPL, 1922: 90

⁶⁴ No período que medeia a realização das conferências em Roma e Bruxelas, começa-se a notar o relevo que os mutilados da guerra vão adquirindo na defesa dos seus interesses. Tanto os mutilados franceses como belgas tinham delegado em advogados, também eles estropiados da guerra, a missão de protegerem os seus direitos no seio do Comité Permanente Inter-aliado.

⁶⁵ As contas do Instituto foram entregues à superintendência de Rodil Fernandes, funcionário da Casa Pia de Lisboa. A gerência das contas do instituto foi sujeita a rumores de desvios financeiros, principalmente quando os mutilados da guerra começaram a aperceber-se que a fatia do bolo que lhes era destinada não roçava os valores inicialmente adiantados. Foi no discurso do Ministro da Guerra, Álvaro de Castro, que encontramos expressa a hipotética calúnia que atormentara Costa Ferreira. In *Diário do Senado*, n.º45, de 27 de Abril de 1921, pp. 6

em nada inferior a alguns daqueles que lá fora serviram aos mutilados da guerra e eram mais considerados.”⁶⁶

Os serviços de enfermagem também foram beneficiados com a realização de um curso, muito frequentado e da iniciativa da Cruzada das Mulheres Portuguesas.

O serviço de prótese, completamente desorganizado à data de recepção dos primeiros mutilados em Santa Isabel, sofreu o aperfeiçoamento digno do profissional que encabeçou o departamento, o Dr. Pinto de Miranda. Entre os melhoramentos científicos que a guerra proporcionou figuram não só os progressos notáveis na indústria de aparelhos de prótese, mas também os que se operam no estudo científico desta especialidade e para a qual se instalou um laboratório em Arroios, seguindo as orientações do Prof. Jules Amar.

Também no que se refere aos serviços de selecção e orientação profissional, Costa Ferreira tinha motivos para estar satisfeito. Apesar de ter situado neste plano a sua principal derrota, podemos alhear-nos da sua visão pessimista e vislumbrar traços de modernidade. A preocupação em seleccionar os indivíduos e orientá-los do ponto de vista profissional, tendo em consideração a *“sua profissão anterior, o desejo ou vocação manifestados, a sua inteligência, a sua cultura, os seus hábitos, a sua idade, os recursos económicos e os costumes da região onde quer fixar-se”*⁶⁷, é um aspecto preponderante na prática pedagógica de Costa Ferreira e que revela muito acerca da sua envergadura científica.

E, apesar de ter ficado muito aquém das expectativas que formulara no início do seu percurso, a verdade é que o balanço final se apresenta muito positivo, uma vez que, apesar dos resultados se terem esfumado e convertido em duras críticas, os laboratórios, oficinas e salas de arquivo permaneceram para além da desilusão. As melhorias dos diversos serviços do Instituto Médico-Pedagógico iriam aproveitar a outros *“mutilados, vítimas de flagelos sociais, que estão quase sem amparo entre nós: as crianças física e mentalmente mutiladas e estropiadas”*.⁶⁸

Também o estudo das questões que interessam aos mutilados da guerra deu um grande impulso a certos ramos de investigação científica, dos quais os mais importantes dizem respeito à cirurgia cinemática e à fisiologia do trabalho.⁶⁹

E não devemos esquecer a envolvente campanha publicitária de angariação de donativos, determinada a criar um capital exclusivamente destinado à distribuição de um pecúlio a cada mutilado da guerra, muito embora o derrotismo de Costa Ferreira só lhe tenha permitido observar que *“pequeno foi o êxito, ou melhor, insuficiente o que se juntou”*.⁷⁰

Os últimos dias do Instituto confundem-se com o regresso à normalidade. O Instituto Médico-Pedagógico volta à sua rotina, dedicando-se ao ensino dos *“anormais pedagógicos”*.

⁶⁶ “Serviços de fisioterapia”. In CPL, 1922: 82-83

⁶⁷ “Inválidos da Guerra”. Separata da “Medicina Contemporânea”, 31/10/1916, in CPL, 1917: 35-36

⁶⁸ “A obra do Instituto de Santa Isabel – A entrega de 28.424\$44 ao Instituto de Arroios – Um penhorante agradecimento à «Capital»”. Offícios publicados no jornal A CAPITAL, de 8 de Novembro de 1919. In CPL, 1922: 113

⁶⁹ “Investigações científicas”. In CPL, 1922: 99-101

⁷⁰ “O Capital”. In CPL, 1922: 101-103

Como sempre, o 9 de Abril é recordado com pesar e espírito de sacrifício. Costa Ferreira não esquece as homenagens ao “soldado desconhecido” nem aos soldados que conhece. Dedicase, agora, a canalizar os donativos que ainda o procuram, aconselhando o melhor destino.

Arroios, obra tão sua como de Tovar de Lemos, ainda se veria a braços com polémicas questiúnculas discutidas na Câmara dos Senadores. Era o próprio Ministro da Guerra, Álvaro de Castro, quem, em Abril de 1921, fazia um balanço muito negativo do Instituto de Reeducação.

Pelo Instituto de Arroios, essencialmente criado para reeducação dos mutilados, e pelo de Santa Isabel, passaram 576 mutilados.

Por motivos de vária ordem, alguns parece que voluntariamente, saíram mutilados, restando 78 que aguardam a definição da sua situação.

É justo salientar (...), pelo que vi, que o Instituto de Reeducação de Mutilados não deu resultado nenhum, fosse por que motivo fosse.⁷¹

O ambiente familiar, acolhedor, confortável, que imperava nos corredores dos institutos, e que tinha sido apanágio do espírito criativo de Costa Ferreira, era agora o motivo do seu fracasso. As oficinas vazias, o regime de completa liberdade e o desleixo dos mutilados, vivendo na condição de homens “*bem alimentados e com bela casa*”, foram sintomas preponderantes para que o Ministro da Guerra iniciasse uma cruzada contra o Instituto de Arroios.⁷² Nas tribunas do Parlamento eram poucas as vozes que se ouviam em defesa dos hábitos e costumes dos antigos soldados. Entre elas contava-se a do Dr. Pontes, reclamando que não se esquecessem os mutilados em tempos de paz. Pouco a pouco, o projecto de Costa Ferreira e Tovar de Lemos foi perdendo a sua autonomia e validade. A lei n.º 1:516, de 18 de Dezembro de 1923, que regulamentava que os serviços de assistência e reeducação funcional e profissional dos mutilados e estropeados da guerra e dos sinistrados do trabalho transitassem para o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, fora posteriormente alterada, no seu ponto primeiro, colocando o Instituto de Arroios na alçada da Direcção Geral dos Hospitais Civis de Lisboa, sem ver salvaguardada a continuidade da sua missão.⁷³

Considerações finais

O regresso dos primeiros soldados mutilados a Portugal, deambulantes pelas ruas de Lisboa, despertou a atenção de alguns para a necessidade de se encontrarem soluções adequadas. Convinha que se resgatassem essas almas errantes dos vícios a que a sua triste condição as entregava. Era preciso agir e depressa. E sempre tendo em consideração os poucos recursos de um Estado deveras debilitado.

Foi atendendo a todos estes aspectos que surgiu, por parte da Direcção da CPL, a sugestão de se aproveitarem os meios disponíveis na instituição e proceder-se à criação do Instituto de Mutilados de Santa Isabel, anexo à Casa Pia.

⁷¹ O Ministro da Guerra, Álvaro de Castro. In *Diário do Senado*, n.º44, de 26 de Abril de 1921, p. 6.

⁷² *Diário do Senado*, n.º45, de 27 de Abril de 1921, p. 6

⁷³ Lei n.º 1:516, de 18 de Dezembro de 1923 e projecto de lei n.º 851, de 7 de Julho de 1925.

O poder político demonstrou grande solicitude no que se refere a esta questão, autorizando esta iniciativa e comprometendo-se com a criação de um Instituto permanente, no antigo convento de Arroios. Houve, desde logo, o cuidado de assentar a sua criação em bases científicas, a par do que de mais moderno se fazia no estrangeiro, e não foi por acaso que Costa Ferreira tratou de enviar a França um dos professores mais eminentes da instituição que, dada a natureza do ramo de ensino a que se dedicava, poderia reunir os conhecimentos necessários para a criação do Instituto, no que se refere ao seu funcionamento básico, à produção de próteses e orientações seguidas nos serviços de reeducação funcional e profissional.

Pelo que nos foi dado a observar, durante o período de funcionamento, o instituto anexo à Casa Pia colocou à disposição dos mutilados uma variedade abundante de cuidados e serviços que lhes permitiam, tanto quanto possível, regressar a uma vida normal. Seguindo um cuidadoso processo de reeducação funcional, o mutilado era “programado” a aceitar a sua invalidez, reaprendendo simples hábitos diários e acelerando o regresso à sua antiga profissão, quando tal fosse possível. Em certos casos, a reeducação funcional era realizada a par da reeducação profissional, durante a qual se ensinavam as técnicas de uma nova profissão que se adaptasse à condição física e psicológica do soldado. Além deste programa de reeducação ser inovador para a época e, do que nos foi possível observar pelo relatório do Prof. Palyart, mais completo do que o desenvolvido em outros países, devemos ainda realçar o facto de Costa Ferreira ter criado um gabinete de selecção e orientação profissional, quer em Santa Isabel, quer em Arroios, departamento da sua responsabilidade, precedendo a criação do Instituto de Orientação Profissional, dirigido por Faria de Vasconcelos, alguns anos mais tarde.

Contudo, apesar do ímpeto reformador que acompanhou este plano, o balanço realizado pelo próprio autor acabou por ser muito negativo. Das centenas de mutilados que passaram pelas instalações de Santa Isabel reconhece-se um denominador comum que prejudicou o sucesso do projecto concebido por Costa Ferreira: o baixo grau de literacia. O analfabetismo e a falta de hábitos escolares ofereciam resistência aos esforços desenvolvidos pelos pedagogos de Santa Isabel, uma condicionante que não conseguiram ultrapassar.

Num país onde quase nada havia, a criação deste estabelecimento, que visava responder às necessidades dos soldados mutilados, consistiu num projecto inovador para a época, e até mesmo para períodos subsequentes. Sublinhando a pertença a um movimento europeu, comum a alguns dos países beligerantes, a Casa Pia de Lisboa comportou-se como uma instituição de vanguarda em Portugal que, ao procurar atender ao seu “público-alvo” – os marginais – importou o que de mais inovador se praticava lá fora. Sempre atenta às novidades pedagógicas, em todos os seus segmentos, a Casa Pia de Lisboa assume-se como um laboratório edificante de modernidade, ou seja, um espaço privilegiado de construção de saberes e práticas educacionais.

Bibliografia

- CPL, 1914/1923 – *Anuário da Casa Pia de Lisboa*, Lisboa, Tipografia Casa Portuguesa.
- FERNANDES, Rogério, 1979 – *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*, Volume 37. Venda-nova, Livraria Bertrand.
- FERRO, Marc, 2002 – *A Grande Guerra 1914-1918*, Lisboa, Edições 70.
- NÓVOA, António, 2005 – *Evidentemente. Histórias da Educação*, Porto, Edições ASA.
- PROENÇA, Maria Cândida (coord.), 1998 – *O sistema de ensino em Portugal (sécs. XIX e XX)*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da universidade Nova de Lisboa.
- RAMOS, Rui, 1994 – A segunda fundação. Volume VI in MATTOSO, José (dir.) – “História de Portugal”, Lisboa, Círculo de Leitores.
- RAMOS, Rui, 2006 – “A Primeira República (1910-1926) e a divisão política da sociedade portuguesa no século XX” in AAVV – *O estudo da História*, Revista da Associação de Professores de História, n.º 6. Lisboa, APH.